

1 Aos vinte dias de dezembro de dois mil e seis, às 9h, realizou-se em Curitiba, no Salão dos
2 Governadores do Palácio Iguazu a 67ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio
3 Ambiente, sendo conduzida pelo seu Presidente Sr. Rasca Rodrigues, Secretário de Estado
4 do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a qual contou com as presenças do Sr. Paulo
5 Roberto Castella, Secretário Executivo do CEMA e dos Conselheiros e Conselheiras: ALLAN
6 JONES DOS SANTOS, diretor geral da SEMA; NEWTON POHL RIBAS, secretário da SEAB;
7 DARCY DEITOS, diretor presidente da SUDERHSA; ANA MARIA DIAS FERREIRA, suplente
8 da SEED; CICERO GONÇALVES DE OLIVEIRA, suplente da SETI; ULISSES JOSÉ
9 LUCAS, suplente da SUDERHSA; HARRY LUIZ ÁVILA TELES, diretor do IAP; HASSAN
10 SOHN da APROMAC; PAULO R. NENEVÊ da CARAMURU; LAURA JESUS DE MOURA E
11 COSTA do CEDEA; INGA A. NIEFES do IEPR; LAIS BACILLA do IFAS; ROSANA VICENTE
12 GNIPPER da SOS BICHO; FERNANDO PILATTI da UEPG; JORGE AUGUSTO CALLADO
13 AFONSO das faculdades Integradas Espirita; ROBERTO GAVA da FIEP; LUIZ ANSELMO
14 MERLIN TOURINHO da FAEP; JAIRO CORREA DE ALMEIDA da FETAEP, e contando,
15 ainda com as presenças do Sr. Mauro Britto do IAP e Glaci Tomporoski da SEAB. Depois de
16 verificada a existência de *quorum*, o Sr. Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio
17 Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do CEMA, saudou os presentes e dando início à
18 reunião, declara que a pauta é o relatório final da Câmara Temática dos Pombos – Proposta
19 de Resolução, e a Ordem do Dia é a apresentação de proposta da reestruturação do CEMA.
20 Ainda, a proposta de reestruturação traz algumas novidades em relação ao discutido na
21 última reunião em dar uma nova sistemática ao Conselho. Declara desejar que as Câmaras
22 Técnicas sejam permanentes e, as mesmas criem grupos temáticos para que possamos ter
23 no CEMA um sistema muito parecido, ou melhor, até aperfeiçoado, porque o Castella estudou
24 o Regimento Interno do CONAMA, deve-se trabalhar numa perspectiva de fazer algo mais
25 dinâmico do que o próprio CONAMA. Diz ainda: “que o Conselho Estadual nesse período que
26 se passou ficou muito burocrático, e temos claro, não possibilitou, através desse tempo todo,
27 discussões mais aprofundadas das temáticas ambientais do Estado”. O Sr. Secretário Rasca
28 ainda complementa “Queremos que, existindo essa sistemática e dinâmica, possa ser o
29 Conselho auxiliar de políticas públicas, em se discutir legislações, que muitas vezes fazemos
30 isso mais em fórum interno, mas que não passa por este crivo, que é o crivo do controle
31 social, que é o crivo do controle técnico, que é o crivo das organizações civis existentes no
32 Estado. Essa é a função do Conselho. Então vamos hoje reativar praticamente esta Câmara
33 Técnica para fazer o estudo desse novo regimento, a partir de um eixo que já elaboramos,
34 inclusive com a alteração e implementação de alguns novos membros. Isso também foi um
35 estudo que fizemos e isso tudo vai demandar um novo decreto do governador, vai demandar
36 uma nova legislação para atualizar esses decretos anteriores. Esse é um objetivo concreto e
37 hoje faremos isso. E outra é a apreciação do relatório final da Câmara Temática dos Pombos
38 e esclareço que o Conselho não tem poder sobre cancelar qualquer ato administrativo do
39 IBAMA ou de qualquer outro órgão, mas o Conselho pode sim tomar uma posição, ou
40 recomendando, ou tendo qualquer outra palavra que possa manifestar uma posição em
41 relação a essa situação, porque, em relação aos pombos, não conheço nenhuma ação que
42 teve êxito neste controle. Então já se teve coleta de ovos nos canaviais, de coletar toneladas
43 e toneladas, passar dois três anos e se ter a mesma quantidade, já se teve captura, já se teve
44 extermínio, e continua existindo. Continua existindo porque tem comida, continua existindo
45 porque os animais são inteligentes, gostam do lugar com ar quente, sem vento e sem
46 predador, não são suicidas em querer ficar num lugar onde possa ser abatidos ou atingidos.
47 Essa é a situação existe e temos que buscar a inteligência suficiente para que esse controle
48 seja feito, porque nas cidades onde têm essa superpopulação os cidadãos desejam vê-los
49 longe. E se queremos que eles existam numa quantidade suportável temos que tratar essa
50 questão de forma que possamos criar um caminho de discussão que permita o controle
51 dessa população, sem medidas drásticas. O Sr. Secretário Rasca comunica que ira se
52 ausentar, apesar de estar marcado a reunião dentro do prazo regimental, quinze dias antes, o
53 governador convocou para as 11h, objetivando participar da solenidade de lançamento da
54 Operação Verão, lembrando que o IAP tem uma participação significativa nesta operação, e
55 comunica que o Diretor Geral da SEMA, Sr. Allan, vai dar andamento na reunião. A SRA.
56 ROSANA, da SOS BICHO, esclarece que a Câmara Temática foi instalada a partir do dia 27
57 de setembro, logo depois de publicada a resolução. Relata a dificuldade em iniciar os

58 trabalho, e a insistência ao longo do mês de setembro na publicação da resolução, pois havia
59 entendido que em 30 dias, a partir da reunião do Conselho de agosto, o trabalho deveria
60 estar concluído. Diz que a FAEP não compareceu em nenhuma das reuniões, também, foi
61 solicitado a presença do CREA e do Conselho Regional de Medicina Veterinária, por meio de
62 ofício, as instituições convidadas informaram que não havia tempo para indicar uma pessoa
63 naquele prazo, e que os membros elaboraram um relatório bem sucinto, fazendo a leitura do
64 mesmo. Ainda, cita os nomes dos membros da CT: Dr. Paulo de Araújo Guerra, da SESA;
65 Rosana, pelas ONG's; Mauro de Moura Britto, do IAP; e Glaci Tomporoski, da SEAB. Diz da
66 existência de alguns estudos. Entendendo que esse assunto, do ponto de vista da Comissão,
67 está esgotado, e que as dificuldades encontradas foram contornadas. O SR. MAURO
68 BRITTO, complementa, que foi plenamente discutido o assunto e, tiveram a oportunidade de
69 aprofundar, passando a ter uma visão mais abrangente da questão e a proposta de resolução
70 está pronta para ser analisada. A SRA. ROSANA diz quando o Sr. Rasca comenta que os
71 grandes centros urbanos estão acometidas por superpopulação de pombos e os habitantes
72 querem ver esses animais longe, considera decorrente de informações transmitida para a
73 comunidade que estão em risco de saúde, o mesmo acontece com relação aos cães de ruas
74 que são, também, potenciais de zoonoses. Acrescenta que os pombos são conhecidos como
75 "ratos de asa". Ainda, destaca a presença de um representante da Secretária de Saúde na
76 Câmara Temática, destaca um parecer da SESA ao Ministério Público afirmando que a
77 comunidade não sofre nenhum risco de saúde em função da presença desses animais,
78 também, o Dr. Flávio Teles do Hospital das Clínicas, especialista em infectologia, tem um
79 parecer que se posiciona contrário à morte desses animais, considerando que não há um
80 problema de saúde. Considera que já tem elementos suficientes, e caso for necessário de
81 aprofundar, se dispõe a buscar outros técnicos para dar maior credibilidade na decisão, de
82 que "em nome da saúde, não temos problema". O Sr. RASCA comenta quando citou em
83 relação à população humana, é que a sua família mora em Londrina e tem esse problema na
84 porta de casa. Também, em Maringá é observado o mesmo problema. Considera que o
85 sistema de abate não foi eficaz em nenhum lugar. Esclarece que é um problema mais amplo
86 e deve ser corrigido. Cita, quando comentou "não permitir que seja implementado o abate" e
87 que o Conselho não tem essa prerrogativa, mas pode recomendar que não se aplique.
88 Propõe ter, na própria resolução, algo que permita a continuidade da discussão, e que não
89 seja o fim de uma posição. Comenta que é uma resolução, mas o que deve ser realizado
90 para frente? Como será futuramente? Comenta a realização de audiências públicas; com
91 muita discussão, não eliminando o que está sendo realizado na cidade de Londrina.
92 Questiona o que devemos fazer? O que é possível fazer para ser corrigido? Afirma que será
93 inadmissível essa situação, e a superpopulação é intolerável do ponto de vista da cidade. Cita
94 que a prefeitura não joga água para fazer a limpeza e há necessidade para eliminar o risco da
95 contaminação, a própria prefeitura não tem realizado o manejo adequado. Propõe que tenha
96 o manejo adequado; acrescenta da necessidade de indicar métodos apropriados. A
97 Conselheira ROSANA concorda com a sugestão. Ainda, comenta que foi discutido se a
98 resolução teria o poder de não permitir, os membros da CT resolveram apresentar na forma
99 ora proposta, apesar da decisão dos membros em não permitir o abate. Conclui que é
100 necessário ampliar as discussões em Londrina, chamando todos os segmentos. Lembra que
101 foram surpreendidos pelas reportagens e que desconhece quem chamou aquela discussão.
102 Propõe ampliar as discussões, declarando que o abate não é a melhor opção e questiona o
103 que é que vai resolver. Cita que técnicos da Secretaria de Saúde propõe adotar os quatro
104 'as': a restrição de abrigos, acessos, água e alimento. Perguntando "Como que se dá isso?
105 Como é que eles estão com tanto alimento, de onde vem tanto alimento disponível para o
106 pombo?". Ainda, diz que é necessário eliminar esta oferta de alimentos, e não a morte dos
107 animais. Declara que dentro da Proteção Animal os membros têm essa discussão, e cita um
108 exemplo que nas praças em Curitiba têm pessoas da própria Proteção Animal, que antes de
109 ir para o trabalho, passam por lá deixando quilos de milhinhos aos pombos. Ainda, "no caso
110 do Porto de Paranaguá, de onde vem essa oferta de alimento?". Declara saber que o
111 problema é mais sério, propondo atacar a origem do problema. Afirma que nenhuma das
112 medidas adotadas teve sucesso, e quer saber se o resultado esperado é o imediato, caso
113 positivo, diz que a morte dos pombos seria o caso. Salaria que se deve pensar em medidas
114 a médio e longo prazo, pois o ciclo de vida deles é pequeno: quatro ou cinco anos, e

115 questiona se em quatro ou cinco anos for adotado massivamente todas as restrições, todas
116 as alternativas possíveis não poderemos começar a fazer um controle. Querendo um controle
117 já, hoje ou daqui um mês, é melhor recolher tudo e mata. Destaca que se deve estar ciente
118 de que em dois meses os pombos voltarão, há parecer do Dr. Ronald Ranvaud confirmando
119 o fato. São várias medidas que precisam ser implantadas desde já, não para resolver o
120 problema já, daqui a três ou quatro anos. O SR. Mauro Britto declara a complexidade das
121 questões que envolvem animais de qualquer espécie. Diz que a resolução desses problemas
122 irá depender de uma soma de esforços não só do Estado, mas, também, dos municípios que
123 estão envolvidos, por meio da união de ações que possam orientar alternativas a médio e
124 longo prazo, oportunizando resultados na orientação à população, e o aperfeiçoamento da
125 legislação. O Sr. Harry Teles comenta que desde a segunda metade da década de 70 já era
126 discutido o desequilíbrio provocado pela *Zenaida auriculata*, a pomba amargosinha, na região
127 de Campo Mourão e até hoje não se chegou a nenhuma solução ou alternativa de controle
128 efetivo desse desequilíbrio. Salienta que é discutido duas espécies: *Zenaida auriculata* e a
129 *Livia colomba*, de área urbana. Destaca que a minuta de Resolução está fazendo referência à
130 *Zenaida Auriculata*, necessitando correção. Também, cita a “perdas de grãos”, e solicita ao
131 Secretário de Agricultura que esclareça o percentual de perda em função de desregulagem
132 de semeadeira. Lembrando que a pomba amargosinha ataca a **plântula**, logo que germina e
133 não a semente, neste caso tem que haver algum tipo de alternativa de controle. Compara o
134 desequilíbrio com outra espécie, a capivara, que está sendo considerada como espécie
135 daninha. O Sr. Luiz A M Tourinho justifica a ausência da FAEP nas reuniões devido a demora
136 em iniciar as discussões no âmbito da Câmara Técnica e ter outras agendas na FAEP.
137 Destaca que as decisões do Conselho não podem estabelecer conflito com normativa do
138 IBAMA. Informa a existência de vários casos de produtores rurais que estão regularizados
139 para aplicar as instruções do IBAMA em atenção pombas e a FAEP vem solicitando que
140 aguardem as decisões do CEMA, pois haveria novas orientações que devem ter em relação
141 às pombas. Declara que não é mais possível solicitar aos produtores rurais o aguardo, pede
142 urgência nas deliberações e diz apoiar a Resolução, porém cita que está sem diretrizes
143 concretas, sem indicar uma ação real. A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa comenta que no
144 prédio onde mora, tinha uma senhora que todos os dias jogava arroz, alpistes para os
145 pombos no telhado vizinho, recendo uma notificação para cessar o lançamento, porque com
146 as fezes dos pombos, quando chovia entrava e contaminava os alimentos no depósito.
147 Devido ao fato de não jogar a comida no telhado, em seis meses, os pombos saíram do local,
148 afirmando que o controle de alimento resolve. Também, cita a falta do predador natural,
149 exemplificando o caso do gavião, entre outros, sugerindo recuperar o predador natural.
150 Comunica que ira protocolar mais um ofício à SEMA, da preocupação na perda da
151 biodiversidade paranaense, alertando a conversão da mata nativa por pinus, intensificando o
152 desequilíbrio na destruição de nascentes e rios. Sugeriu em pensar na resolução do problema
153 por meio da gestão ambiental como um todo, e o pombo é apenas mais um caso, como o
154 mexilhão dourado entre outros. O Sr. Hassan Sohn faz um resumo geral do que foi dito,
155 concordando com a Sra. Laura, que as providências a serem tomadas são muito mais amplas
156 do que está sendo discutido no momento. Considera que a Resolução é importante. Não que
157 o CEMA ou a SEMA tenha poder de dizer: “Olhe, a instrução normativa do Ibama está
158 revogada, Este poder efetivamente não tem. Mas como Conselho Estadual do Meio
159 Ambiente, estabelecendo uma regra protetiva ao ambiente mais restritivo que é a regra
160 federal, o Conselho tem sim a competência de suspender a aplicação de qualquer norma
161 federal que seja menos restritiva que a norma estadual. Sabendo-se que o abate, a caça ou a
162 eliminação de espécies é uma atitude odiosa que é, em regra, repudiada pela nossa
163 legislação, tanto é que precisamos de uma licença para a caça num único Estado que isso é
164 permitido, então entendo que se proibir o abate ou suspender a aplicação que permite o
165 abate está completamente dentro das atribuições desse Conselho. Queria fazer também uma
166 anotação, para guardarem já de memória para o próximo tema de reestruturação do CEMA,
167 que converge com as dificuldades que estamos tendo aqui. É clara a dificuldade que temos
168 aqui em relação ao que podemos fazer ou não, se é juridicamente aceitável ou não, vamos
169 adentrar na discussão do texto, vai realmente causar confusão, porque um vai dizer isso,
170 outro vai dizer aquilo, eu proponho isso, eu proponho aquilo. No CONAMA não é assim que
171 as coisas andam. Quando a Resolução sai da Câmara já está amplamente discutida. E antes

172 de chegar na Plenária para votação ela passa pela Câmara Jurídica que apara todas as
173 arestas e onde todos os interessados podem, novamente, externar suas opiniões quanto ao
174 texto jurídico. Para que pensemos para o próximo tema de criar uma sistemática que evite
175 que percamos tempo com questões que já deveriam estar sendo debatidas. Anoto, também,
176 que existe uma certa dificuldade da gente entrar numa discussão aqui no Conselho Estadual
177 porque os documentos não têm um prazo hábil para serem apresentados. Alguns
178 documentos vêm na própria reunião, alguns vêm junto com a convocação, mas, não é o
179 suficiente. Seria pertinente que eles tivessem um prazo regimental estabelecido para serem
180 apresentados com antecipação para que pudéssemos analisar esses documentos e criar uma
181 opinião sobre eles. O Sr. Newton Powl, esclarece que a EMATER realiza há muitos anos um
182 programa, em todo Estado, de regulação dos equipamentos durante a colheita de grãos,
183 objetivando minimizar as perdas por meio do uso das máquinas na agricultura. Cita que o
184 IAPAR tem o compromisso de focar alguns tipos de oleaginosos no desenvolvimento do
185 biodiesel. Lembra que na última safra o IAPAR, em várias estações de pesquisa, foi perdido
186 toda a safra com a questão dos pombos. Ainda, reforça a necessidade de avançar no
187 assunto, reafirmando a posição da FAEP e na demanda de produtores objetivando viabilizar
188 ações votadas a minimizar efeitos nas lavouras. O Sr. Roberto Gava solicita esclarecimento
189 da Conselheira Laura quando menciona o plantio de pinus na explosão demográfica do
190 pombo, destaca a existência de apenas 3% do território paranaense com pinus e a
191 necessidade da ampliação, dentro de todo um disciplinamento de respeito à legislação
192 ambiental. O Sr. Jairo Corrêa de Almeida declara o recebimento do material referente ao
193 tema e realizou análise, destacando a necessidade de que é preciso trabalhar as ações a
194 curto, médio e longo prazo. Reflete da devastação das nossas matas causando
195 desaparecendo de predadores e propõe avaliar, por meio de estudo mais profundo, como a
196 monocultura contribui com processo de aumento das populações de pombos. Cita o exemplo
197 dos canaviais utilizados como ninhos, onde inexistente oferta de alimento, e os filhotes, depois
198 de crescidos vão buscar outros locais para a sua sobrevivência. Outro problema destacado é
199 a perda de lavoura, os produtores sempre solicitam às autoridades que tomem alguma
200 providência, esta pressão vem aumentando a cada ano. Também, diz da necessidade de
201 recomposição de matas ciliares, propiciando abrigo, alimento e uma série de outros fatores
202 positivos. Saliencia da realização de ações imediatas, objetivando a redução dos conflitos e
203 pressões dos moradores das cidades afetadas e dos agricultores junto ao governo quando se
204 questiona quem irá indenizar os prejuízos decorrentes da superpopulação destas aves. A
205 Sra. Laura Jesus de Moura e Costa esclarece que a questão é a perda de biodiversidade, no
206 caso Vale do Ribeira e Região Metropolitana, não é observado as normas ambientais diante
207 de nascentes, realizando registro destes problemas por meio de imagens. Destaca os
208 problemas dos pássaros em Curitiba, e cita o exemplo no Jardim Ambiental, onde a prefeitura
209 colocou grandes holofotes e as aves migraram para as árvores próximas às casas, onde é
210 mais escuro, permitindo o descanso durante a noite, logo depois moradores começaram a
211 reclamar, porque acordava todo mundo com os cantos. O fato de se instalar o holofote já
212 causou um impacto. Aclama pelo equilíbrio e a busca de soluções imediatas, efetiva, direta e
213 eficiente. O Sr. Allan Jones dos Santos abre para uso da palavra aos demais conselheiros. O
214 Sr. Fernando Pilatti concorda com a manifestação do Sr. Tourinho a respeito da minuta de
215 Resolução, que está bastante claro os “considerandos”, destaca a falta de ações efetivas e
216 pouco explícita. Passa a tecer comentários dos artigos da resolução: no Artigo 1º não permite
217 que seja implementada a Resolução do IBAMA, no segundo e terceiro falta definir a
218 coordenação e quem vai sugerir o que deve ser feito, no Parágrafo 3º cita que devem ser
219 implementados todos os métodos, e questiona quem vai controlar esses métodos, como será
220 implementado exatamente, no caso de execução de qualquer atividade numa certa cidade ou
221 em algum local, vai solicitar e como será feito isso. Lembra a gravidade existente em várias
222 cidades, havendo a necessidade de ser resolvido rapidamente, indagando o que fazer a
223 longo e curto prazo. O Sr. Allan Jones dos Santos coloca a Resolução em discussão e solicita
224 a leitura à Sra. Rosana. A Sra. Rosana Vicente Gnipper realiza a leitura da Resolução e
225 comenta da que as discussões devem ser ampliadas, pois não foi definida a forma,
226 entendendo que os segmentos não foram ouvidos, faltando uma discussão das questões.
227 Também, diz que o trabalho de quatro reuniões, ao longo de um mês, não havia elementos
228 suficientes para propor o que fazer. Afirma não concordar com o abate desses animais, por

229 ter elementos suficientes para dizer que isto não resolve. Diz que é cometer um crime
230 ambiental para resolver um problema. Também, comenta que poderia até aceitar o abate
231 programado se implementado programas de controle, mas sabe que não vai resolver.
232 Questiona o porquê autorizar o abate de animais. Lembra que o Estado permitiu abate do
233 gado, e todos ficaram calados e questiona do porquê, respondendo que o boi nós comemos
234 e pombo não. Destaca que não podemos implantar esta política no Estado. Defende em
235 encontrar outros meios, e propõe ampliar a discussão. Ainda, diz que é fácil decidir por abater
236 pombos para viabilizar a próxima safra e haver possibilidade de colheita, e lembra da notícia
237 do jornal de 2004 referente a plantação do girassol e de toda a plantação perdida. Cita o
238 jurista *Edis Milaré*: “na verdade são outros interesses que estão prevalecendo”. Conclui que
239 esta defendendo o direito pela vida e não importa de que espécie seja. O Sr. Newton Pohl
240 Ribas comenta que a matança dos bovinos foi motivada por uma enfermidade grave, a febre
241 aftosa, o vírus espalha rapidamente caso não haja uma atitude objetiva. Cita o caso do Mato
242 Grosso do Sul, cujo foco começou no dia 10 de outubro de 2005, com um rebanho, e
243 terminou contaminando outros 170 rebanhos, iniciando com 585 animais e repassando para
244 37 mil, de acordo com as recomendações dos organismos internacionais da saúde animal
245 ação é o sacrifício desses animais infectados. A Sra. Rosana diz ter ciência das
246 determinações internacionais, sendo pessoa de bom senso. Comenta que no Paraná todos
247 sabiam da inexistência da febre aftosa e desde o início houve rejeição total dos pecuaristas,
248 sendo os primeiros a colaborar, e todos sabem que foi em vão, as cenas são dantescas.
249 Ainda, fala da exposição de fotos realizada na Boca Maldita das cenas do abate, e
250 novamente cita a fala do jurista que foram outros interesses que mataram esses animais. O
251 Sr. Allan Jones dos Santos abre a palavra para proposições, recomendando alteração no art.
252 1º, em vez de “não permitir” é “recomendar que não seja implementado o abate”. O Sr. Harry
253 Teles diz que a primeira proposição é em relação à referência ao “considerando primeiro”
254 onde fala da *Zenaida auriculata*, e insiste que deve fazer a menção à *Colomba* ou então não
255 tem porque fazer essas questões de referência à parte da *Colomba*. Comenta que a instrução
256 normativa 108 do IBAMA é referente à *Zenaida auriculata*, não faz menção à *Colomba*, e
257 caso o faça, tem que haver referência no “considerando primeiro”. Ainda, diz que provocou o
258 senhor Secretário da Agricultura quando fez menção à perda de grãos, conhecia o fato, mas
259 gostaria ouvir a declaração do próprio Secretário. Salienta da discordância do quinto
260 “considerando” em relação à responsabilização pela perda de grãos, lembrando a existência
261 de um programa efetivo do governo do Estado. Também, diz ter restrições ao sexto
262 “considerando” quanto à questão de abate de pombos e questiona como o abate de aves,
263 bovinos, suínos, caprinos e outros animais para consumo doméstico, e se não haveria
264 necessidade de ter o mesmo entendimento. Caso positivo, tem que mudar o escopo da
265 resolução. Ainda, discorda do “não permitir”, devendo mudar para outro termo mais
266 adequado. O Sr. Hassan Sohn diz ter comentários para praticamente em todos os parágrafos,
267 e que se for nominando todos de uma vez não será possível vencer todas as questões.
268 Sugeriu que se passem as considerações por artigo, na ordem que está no texto. Explica o
269 porquê só está incluída a *Zenaida auriculata* e não a *Colomba livia*, devido a instrução
270 normativa que o “considerando” se refere é apenas à *Zenaida Auriculata*, portanto, constar o
271 nome nesse considerando. Destaca que a primeira decisão da Câmara Temática temporária
272 criada para discutir essa questão, foi de ampliar a discussão à pomba doméstica. Sugeriu ir
273 mais adiante fazendo menção e adequação, e que no primeiro “considerando” não crê ser
274 pertinente a alteração e, no segundo “considerando”: “considerando que a pomba doméstica
275 – “*Columbia livia*”, é um problema de zoonose ou qualquer outra expressão que queira ser
276 utilizada. Passando adiante os próximos “considerandos”. O Sr. Luiz Anselmo Merlin Tourinho
277 solicita uma questão de ordem, e diz que caso se discuta item por item será modificado
278 praticamente toda a minuta e propõe que a Câmara Técnica se reúna novamente, discutindo
279 novamente dentro da Câmara Técnica uma mudança da minuta, considerando haver várias
280 modificações, e dentro da Câmara Técnica será possível discutir melhor. A Sra. Rosana
281 Vicente Gnipper concorda com a sugestão e espera contar com a colaboração mais efetiva
282 da FAEP. O Sr. Allan Jones dos Santos, devido as proposições, propõe marcar para 60 dias
283 uma nova reunião e que os membros do Conselho remeta à coordenadora as sugestões,
284 incorporando à uma nova proposta. A Sra. Rosana Vicente Gnipper esclarece não ser a
285 coordenadora da Câmara Técnica, e sim do o IAP na pessoa Harry Teles, indicando o Sr.

286 Mauro Britto, propondo a receber as sugestões. O Sr. Allan Jones dos Santos acata a
287 sugestão e confirma a coordenação: IAP, aos cuidados do Sr. Mauro de Moura Britto, e todas
288 as sugestões deveram ser encaminhadas ao IAP, a Câmara Técnica deve apresentar ao
289 Conselho uma nova proposição de Resolução. O Sr. Roberto Gava diz que a proposta é
290 bastante objetiva ou relativamente objetiva e acata, solicita da Câmara Temática dar a efetiva
291 objetividade ao definir no Artigo 3º, dos que são critérios humanitários a ação de prevenção
292 deve iniciar imediatamente, pois segundo critérios humanitários aquele que vai
293 operacionalizar a Resolução não tem com profundidade este conhecimento. O Sr. Allan
294 Jones dos Santos coloca em votação a proposição e solicita que aqueles que são favoráveis
295 permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. APROVADA por unanimidade.
296 Passa para o terceiro item da pauta: apresentação da proposta de reestruturação do
297 Conselho Estadual de Meio Ambiente, passando a palavra ao Secretário Executivo, Sr. Paulo
298 Roberto Castella. O Sr. Paulo Roberto Castella esclarece que a proposta de alteração do
299 CEMA é uma proposição de diretriz, e a discussão deverá ser realizada fora desta reunião.
300 Concorda com o Sr. Sohn quando diz que o CEMA não funciona como esta sendo conduzido.
301 Salienta ainda, a falta das propostas das Câmaras Temáticas passarem por um crivo jurídico,
302 não há uma sistemática de enviar, de reenviar e rediscutir as Resoluções, e do jeito que está
303 acontecendo é impossível continuar. Destaca que quando houver um problema e o CEMA
304 tiver a necessidade de criar uma Câmara Técnica, haverá a demora de trinta ou quarenta
305 dias para fazer a emissão da nova Resolução. Diz não tolerar esse disparate, reduzindo a
306 vontade e motivação na participação no Conselho. Outro problema destacado é a análise
307 jurídica das resoluções, sempre realizada pelo IAP ou pela SEMA, por meio de seus
308 advogados, faltando a isenção, insiste na necessidade de uma nova dinâmica dentro do
309 CEMA. Ainda, destaca a existência da Resolução 43/2004, em que cria a Comissão Especial
310 para a alteração do Regimento Interno, composição e atribuições do CEMA e parte das
311 proposições apresentadas terão que ser realizadas por decreto, composição e atribuições, e
312 a comissão tinha prazo de 90 dias para apresentar o relatório final, a partir de fevereiro de
313 2004. Lembra que as alterações podem ser por decreto, pois a lei de 1996 permite que o
314 governador altere composição e atribuições do CEMA. Diz que a Comissão Especial não
315 elaborou atas ou relatórios, sem uma proposta oficial, há um relatório substitutivo do setor
316 ambientalista apresentado pela Liga, e documentos de proposta de mudança, principalmente
317 regimento interno, elaborado pelo IAP. Propõe que o relatório substitutivo elaborado pela Liga
318 Ambiental seja considerado como uma contribuição e seja considerada a inserção de
319 representante dos povos indígenas, antigo pedido e cita o Instituto de Terras Cartografia e
320 Geociências, instituição ligada a SEMA. Na estrutura de organização do colegiado propõe a
321 criação das Câmaras técnicas permanentes, destaca a Câmara Técnica Jurídica, semelhante
322 ao CONAMA, definindo melhor no regimento interno os encaminhamentos das resoluções,
323 proposições, recomendações, moções e decisões e do que cada uma dessas têm que tratar,
324 ordenando objetivamente. No caso dos grupos de trabalho, necessário ao suporte técnico
325 para as Câmaras Técnicas, é apresentado na estrutura de funcionamento das C.T., instituída
326 oficialmente. Termina a apresentação dizem que esse é o eixo básico que a Presidência do
327 Conselho entende ser lógico para o funcionamento do CEMA, e possa trazer motivação para
328 as discussões. Questiona da necessidade de criar um novo grupo de trabalho ou prorroga-se
329 esse já existente com alterações dos membros, colocando o relatório substitutivo da Liga
330 Ambiental com balizamento ao grupo e passa a palavra ao Sr. Allan coordenar as discussões.
331 O Sr. Allan Jones dos Santos abre a discussão. O Sr. Hassan Sohn cita que nunca
332 construímos uma casa tudo ao mesmo tempo, começamos uma fundação e seguimos uma
333 seqüência lógica. Salienta a questão da reestruturação do CEMA passa por um decreto do
334 governador e previamente esse decreto passa por algumas decisões, questiona o
335 posicionamento do governador em relação a este tema, se ele tem um olhar favorável a essa
336 mudança, e se esta realmente disposto em alterar o decreto. Diz sentir a falta do Secretário
337 no momento das discussões e seria importante que pudesse responder os questionamentos.
338 Destaca, se há uma predisposição, deveremos discutir, aqui, qual o número de conselheiros
339 a ser estabelecido, questiona se mantém os atuais ou deve-se ampliar e para quanto.
340 Resolvido os questionamentos será possível discutir as mudanças necessárias na
341 composição, sempre lembrando na manutenção da paridade entre três esferas: sociedade
342 civil engajada que seriam ONG's, universidades e pesquisadores; a sociedade civil

343 interessada representada pelo setor produtivo, os trabalhadores, as populações e a
344 sociedade civil delegada que são os governos, os municípios, as secretarias. Lembrando que
345 cada uma dessa esfera e cada uma das entidades pode ocupar a cadeira, não excluindo a
346 participação de outras entidades interessadas nos grupos de trabalho. Diz da preocupação
347 em que o Conselho seja, efetivamente, deliberativo, e sempre tire da sociedade o interesse
348 da sociedade. Destaca que no CONAMA nada impede que um determinado ente
349 governamental chame uma de suas agências para substituí-la num grupo técnico; que um
350 determinado ramo da indústria mais ligado ao assunto em pauta se faça representar no lugar
351 do Conselheiro titular, que a ONG titular, sendo a sua cadeira no grupo técnico para uma
352 ONG que está diretamente ligada ao tema discutido. O Sr. Allan Jones dos Santos diz não ter
353 participado das discussões preliminares, passando a palavra ao Secretário Executivo para
354 comentar. O Sr. Paulo Roberto Castella comenta que este é um colegiado com poder e força
355 para dizer ao governador que o CEMA quer mudanças necessárias, objetivando o bom
356 andamento. Ainda, é necessário definir o que se quer realmente, facilitando a argumentação
357 do Presidente e Secretário Rasca junto ao governador, possibilitando negociar o possível e
358 até onde podemos ir. Comenta que a paridade é essencial na proposta, e se acaso a
359 proposta não esta de acordo e só readequá-la, devendo ser discutida na Comissão. Destaca
360 que o regimento interno apresentado é o mesmo do CONAMA, só trocando CONAMA pelo
361 CEMA, deixando aberta à possibilidade da representação, quem realmente está trabalhando,
362 e quem pode realmente colaborar. Salienta que o Secretário Rasca pede maior agilidade,
363 discussão, conteúdo, e profundidade nas discussões, sendo possível por quem realmente
364 conhece o assunto. Ainda, deve-se saber o que queremos e como será o trabalho nos
365 próximos anos. O Sr. Allan Jones dos Santos complementa que o Conselho representa a
366 sociedade e vai ao governador o anseio de como a sociedade quer gerir o meio ambiente por
367 meio do seu Conselho Estadual. O Sr. Hassan Sohn complementa que é uma metodologia
368 em apresentar uma proposta, achando válido. Diz ter questionado se havia uma conversa
369 com o governador na esperança de haver um indicativo partindo da governadoria do Estado.
370 Propõe pautar o trabalho uma proposta geral, iniciando com a questão da mudança do
371 decreto, cujo andamento dos trabalhos tem que ser decidido pelo grupo. O Sr. Luiz A M
372 Tourinho concorda com a idéia, ressaltando a preocupação da falta de agilidade do Conselho,
373 devido a falta de estrutura necessária para funcionar. Cita como exemplo a sobrecarga da
374 Secretaria Executiva, que muitas vezes não tem condições de enviar os documentos a tempo
375 para discussão, aumentando a carga de trabalho dos Conselheiros, e questiona se isso vai
376 melhorar. Considera importantes as modificações proposta, porém diz não haver nem sala
377 para reunir as Câmaras Temáticas. O Conselheiro lembra que o Sr. Tom Grando era um dos
378 integrantes da Comissão Especial para mudança da composição, atribuição e regimento
379 interno, e foi um dos relatores e coordenador dos trabalhos, relata que não houve tempo hábil
380 para montar uma reunião, devido a falta de agendas coincidentes de seus membros, e houve
381 a iniciativa da elaboração de montar relatório, mas não ocorreu discussão do documento.
382 Propõe em manter a Comissão para discutir um novo formato, lembrando da discussão na
383 última reunião ordinária da montagem, composta pelos integrantes do CEMA. Questiona,
384 ainda, se assim for mantido se haverá estrutura para manter funcionando com formado
385 "CONAMA". A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa cita a existência da Câmara Técnica
386 Permanente de Atualização de Cadastro de Entidades Ambientistas, e na nova proposta é
387 extinta a Câmara Técnica. Diz que no encontro da UNIHAB, realizado em novembro, ficou
388 aprovado da reivindicação da manutenção da Câmara Técnica Permanente de Atualização
389 de Cadastro de Entidades Ambientistas, na I e II Conferência Estadual de Meio Ambiente foi
390 levantada a proposta, e devidamente aprovada, de realizar eleição dos membros do
391 Conselho durante a Conferência. Questiona como encaminhar as deliberações das
392 Conferências Estadual de Meio Ambiente. Lembra que ano passado foi aprovado pelo
393 Conselho a interação com outros Conselhos: Conselho do Litoral, Conselho Estadual de
394 Recursos Hídricos e Conselho de Saúde, e questiona como interagir. Diz haver uma série de
395 reclamação do Conselho do Litoral, e foi solicitada reunião conjunta com o Conselho do
396 Litoral e CEMA. O Sr. Tom Grando inicia expondo os antecedentes com relação ao
397 andamento dos trabalhos da Comissão. Comenta a fala do Sr. Paulo Roberto Castella em
398 que a considera muito pertinente e declara da necessidade em saber, particularmente, se o
399 governador seria um signatário de um decreto que mudaria a composição, competência do

400 Conselho. Faz observações sobre o comportamento do governador diante dos Conselhos por
401 meio de um histórico: eleito em 2002, iniciou seu mandato em 1º de janeiro de 2003, e no dia
402 9 de setembro de 2003 a Liga Ambiental coordenou um trabalho de recondução do Conselho
403 Estadual do Meio Ambiente, e passado nove meses de mandato não houve nenhuma reunião
404 do CEMA e por força do Regimento bastariam seis representantes solicitarem, que,
405 obrigatoriamente, o Presidente do Conselho deveria realizar a reconvocação. Os
406 Conselheiros eleitos e bastante angustiados com a demora na convocação do Conselho. Em
407 novembro do mesmo ano, finalmente foi executada a solicitação porque não caberia mais
408 nada ao então Presidente e Secretário Luiz Eduardo Cheida a não ser convocar. No
409 Conselho Estadual de Recursos Hídricos a Liga Ambiental propôs uma ação civil pública
410 objetivando que esse Conselho viesse a funcionar, considerando ter passado um ano de
411 mandato sem o funcionamento do Conselho, observando que dentro do interesse de todos os
412 setores e não só da sociedade civil, do próprio setor governamental e principalmente ao setor
413 privado era algo bastante incômodo. Comenta que teve a oportunidade de conversar duas
414 vezes pessoalmente com o governador quando da reabertura do Parque Estadual de Vila
415 Velha, realizando um depoimento muito sintomático e interpelado pelo Álvaro Sheffer – de
416 Ponta Grossa, dizendo que o comitê ou o conselho gestor do Parque Estadual de Vila Velha
417 estava providenciando uma discussão de como fazer a reabertura, na época o Parque estava
418 fechado por força de uma ação civil pública movida há muito tempo atrás, e cita a frase do
419 governador Requião: *“Eu estou cansado de Conselhos e ONG’s, daqui por diante o meu
420 conselheiro é meu amigo Bigarela”*. Comenta que logo teve condições de falar - *“Puxa,
421 governador, isso é discrepante com relação às suas declarações assim que foi eleito que
422 disse que queria governar com as ONG’s? Até fiquei incomodado porque acho que o papel
423 de ONG não tem nada que se misturar com governo e muito menos fazer convênio com o
424 governo e sim colaborar e ser um tutor, um fiscalizador das ações de governo de uma
425 maneira propositiva”*. Complementa não haver determinação política para os conselhos
426 funcionassem de fato, e sendo necessário forçar por meio judicial. Em atenção a Câmara
427 Técnica, destacando que ira designar assim de Câmara Técnica porque acha haver um
428 problema de procedimento no Conselho quase incurável, pois a figura de comissão especial
429 não existe no Regimento do CEMA. Diz da necessidade de tratar de maneira mais protocolar,
430 sob pena do CEMA ser questionado até legalmente diante dos atos praticado. Comenta que a
431 Câmara Técnica foi proposta pela Liga Ambiental para a discussão da composição, das
432 competências e a partir daí a discussão do Regimento Interno, e a mesma não propôs
433 relatório nem reformulação do Conselho, apresentada durante reunião realizada em 13 de
434 novembro de 2003 – 57ª Reunião Ordinária, e solicita que os conselheiros recorram às atas,
435 acrescenta que não é possível trabalhar de forma produtiva sem recorrer às deliberações
436 anteriores. Cita que a Secretaria Executiva desde 2004 não tem uma ata publicada no site.
437 Passados não menos do que 2 anos da criação da Câmara, houve poucas reuniões e relata o
438 porque, lamentando da inexistência de ata da única reunião ocorrida e ainda realizada no
439 gabinete do Diretor-Presidente do IAP – Rasca Rodrigues, Coordenador da Câmara
440 Temática, onde foi discutido alguns tópicos e com a presença do Sr. Harry Telles. Diz ser de
441 responsabilidade do Coordenador da Câmara Temática propor aos demais membros que se
442 reunissem para dar seqüência das discussões, considerando a falta de *modus operandi* das
443 Câmaras Temáticas estabelecido pelo Regimento interno. Considera estar implícito que o
444 Coordenador deve coordenar os trabalhos e que as reuniões só ocorrem na medida da
445 demanda do Coordenador. Declara ter sido realizada uma demanda, acontecendo no
446 gabinete do Rasca Rodrigues, onde a Liga Ambiental propôs uma base de discussão, até
447 porque não se evoluía. Foi apresentada a proposta da Liga Ambiental, não só pela Liga, mas
448 com o amparo e anuência de outras instituições. Comenta que naquela reunião o senhor
449 Rasca Rodrigues ficou presente apenas 15 minutos, deixando o Sr. Harry Telles para que
450 fosse discutido com um mínimo de consenso. Lamenta quando coisas do Conselho são
451 preteridas em favor de outras, como, por exemplo, o lançamento da Operação Verão, acaba
452 prejudicando de certa forma até o testemunho do Secretário Rasca Rodrigues dos fatos
453 ocorridos durante a reunião. Lembra que a reunião ocorreu em agosto de 2004, passado um
454 ano da deliberação. Diz não ser o perfil de ONG’s esperar a boa vontade para que as coisas
455 aconteçam, porque o meio ambiente não pode esperar. Comenta que o relator ou o
456 coordenador da Câmara Temática deveria apresentar seu relatório, e sabendo de antemão

457 não haveria relatório, é apresentado, dentro da figura normal do Regimento Interno, um
458 relatório substitutivo, trabalho realizado pela Liga Ambiental, por seu corpo técnico e jurídico
459 para que este Conselho viesse analisar e, conclui que não se pode designar como
460 substitutivo uma coisa inexistente, pois não há um relatório original. Cita que na reunião de 18
461 de agosto de 2004, está na ata, apesar da mesma não estar na internet, existem quatro
462 páginas praticamente transcrevendo a proposta da Liga Ambiental e lida em Plenário, e foi
463 deliberado que, imediatamente, a Secretaria Executiva iria fazer uma reunião extraordinária
464 objetivando realizar a votação da proposta da Liga Ambiental, passado dois anos nada
465 aconteceu. Ficando Claro que o Conselho infelizmente não tem como deliberar e se
466 acontecer não tem como executar, pois o que consta em ata não foi efetivado. Salaria que
467 não deveria estar sendo discutindo a recondução da Câmara Técnica e sim se o relatório,
468 vindo da sociedade civil como uma proposta, e que não pôde contar com a participação dos
469 demais membros da Câmara Técnica. Diz não se importar em vir e perder uma votação, mas
470 que o Plenário vote, e isso não ocorreu, lembra a existência da deliberação para que
471 ocorresse. Informa da existência de dois documentos um datado de 30 de novembro e
472 protocolado na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando
473 constar o assunto em pauta e outro requerimento de 05.12.2005. Observando até hoje, e
474 passadas cinco reuniões, que esse assunto foi em pauta e saiu de pauta por falta de tempo
475 ou porque não havia vontade de se discutir o relatório oferecido. Declara que a Liga
476 Ambiental foi reconduzida neste mandato, diz não ser possível passar quatro anos
477 deliberando, porque isso é raro no Conselho, sem a execução das deliberações. Propõe que
478 seja reconduzida esta Câmara Temática, o prazo oferecido seja obedecido, que o texto
479 oferecido agora pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Liga Ambiental sofra um
480 ajuste na composição. Comenta da preocupação da proposta apresentada pela Secretaria do
481 Meio Ambiente em que não mexe com as competências do Conselho, considerando grave o
482 fato. Declara estar ciente que parte da falta de vontade em discutir o substitutivo passa por
483 questões polêmicas, como, por exemplo, o controle social dos recursos do Fundo Estadual do
484 Meio Ambiente a ser realizado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, e hoje é verba livre
485 para o uso discricionário do Estado e gostaria que os Conselheiros opinassem sobre a
486 aplicação desses recursos. Considera fundamental discutir as competências e composição do
487 Conselho, acho estranho o Ministério Público, Ibama, Batalhão da Polícia Florestal não estar
488 contemplado na proposta. Diz que a cada órgão público acessando deve-se incluir um da
489 sociedade civil, seja organização de classe, ONG Ambientalista, sindicato, estabelecendo um
490 mínimo de paridade. O conselheiro Tom Grando passa a recordar dos trabalhos das Câmaras
491 Temáticas e as deliberações não efetivada, citando o caso do Sistema Estadual de Unidades
492 de Conservação, proposta pela Liga Ambiental, com relatoria e coordenação da Liga
493 Ambiental, e ao final levada para votação e devidamente aprovada pelo Plenário, com
494 determinação de ser encaminhada à Assembléia Legislativa, ressaltando que o Conselho é
495 capaz de exercer suas funções determinadas em lei, e tem essa prerrogativa, e passado dois
496 anos da deliberação o trabalho não saiu da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
497 para a Assembléia Legislativa ou para o gabinete do governador. Considera ainda, caso for
498 determinado 90 dias e se não ter a estrutura, daqui a novecentos dias os conselheiros
499 estarão falando da mesma coisa. Diz ter uma parte da culpa, mesmo presente nas reuniões
500 convocadas, poderia ter sido propositivo e ter tentado assumir a frente dos trabalhos. Conclui
501 que se deve ter um nível de bom senso, não há como insurgir diante da coordenação do
502 Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná referente à Câmara Técnica para
503 discussão da composição, das competências, complementando existir mais quatro dessas
504 proposições na mesma situação. Diz que, com todo o respeito, inclusive o trabalho na
505 tentativa de conjugar com os procedimentos do CONAMA é válido, mas as discussões da
506 composição e competências, essas duas propostas num prazo máximo de 90 dias. O Sr. Allan
507 Jones dos Santos abre para o uso da palavra. A Sra. Ana Maria da Secretaria de Estado da
508 Educação relata que havia uma Câmara Técnica de Educação Ambiental, propondo de ter
509 uma discussão no Paraná para regularizar a CIEA - Comissão Institucional de Educação
510 Ambiental, onde o Conselho deveria promover a interação, também, a Câmara Técnica não
511 foi citada no documento apresentado pela Secretaria Executiva. Comenta que não tem como
512 trabalhar saúde e biodiversidade se não falarmos em educação ambiental, cabendo somente
513 à Secretaria de Estado da Educação, salienta ser interinstitucional, devendo estar

514 contemplada na proposta. O Sr. Paulo Roberto Castella diz que as Câmaras não
515 contempladas, conforme pronunciamento da Sra. Laura e Ana Maria, devem ser discutidas
516 com a Comissão Especial, e as proposições apresentadas são apenas diretrizes a serem
517 incorporadas no processo de discussão, diz ser a primeira aproximação. Comenta a fala do
518 Sr. Tom Grandó quando diz que não foi apresentado as atribuições para o CEMA, pois
519 considerou a proposição do movimento ambientalista com pertinente. O Sr. Allan Jones dos
520 Santos comenta que a proposição principal seja remetida à Câmara Técnica, e se a Câmara
521 Técnica já existe ou tem que ser formada. O Sr. Paulo Roberto Castella comenta que na
522 última reunião do CEMA ficou deliberado praticamente a mesma composição, só alterando os
523 componentes, ficando deliberada a nova Câmara Técnica com a FETAEP, a Liga Ambiental,
524 a Gisele representando os municípios e a SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente com
525 a coordenação. O Sr. Newton Pohl Ribas cita ter coordenado durante quatro anos o Conselho
526 Estadual da SEAB, o Conselho da Agricultura Familiar e vários Conselhos na área da
527 Agricultura, e dentro da criação de uma Câmara Técnica dá-se posse aos membros e em
528 seguida os próprios membros se reúnem e elegem um Executivo. Conclui que na Agricultura
529 tem funcionado muito bem as Câmaras Técnicas. O Sr. Tom Grandó solicita a observação do
530 regimento interno, prevendo que a indicação é prerrogativa do Presidente do Conselho e
531 oferecido um nome dentre os cinco participantes da Câmara Temática ao Plenário para o
532 referendado. Conclui que se o coordenador está sem tempo que alguém assumira essa
533 função. O Sr. Allan Jones questiona se faltam nomes para a composição. O Sr. Paulo
534 Roberto Castella comenta que para a coordenação esta indicada a SEMA, e os demais são: o
535 Tom, a Giseli, o Tourinho e o IAP. O Sr. Luiz A. Tourinho diz que no dia da discussão da
536 resolução original de 2004, existia um representante da Federação dos Trabalhadores em
537 Educação no Estado do Paraná, onde a FETAEP pediu a vaga dessa entidade, considerando
538 não estar mais presente no Conselho. Conclui que a FETAEP e FAEP estariam compondo a
539 Câmara Temática. O Sr. Paulo Roberto Castella concorda e diz ter os cinco membros. O Sr.
540 Harry Telles diz se for mantida a resolução, foi citado apenas os nomes, deve-se ainda
541 estabelecer os prazos. Propõe 90 dias de prazo, pois a partir dessa data seriam 60 dias
542 efetivos, considerando janeiro mês de férias. Conclui que o ideal é de 120 dias de prazo. O
543 Sr. Allan Jones dos Santos abre o uso da palavra, colocando a existência da proposição que
544 o assunto seja remetido à Câmara Técnica, devendo eleger entre os membros um
545 coordenado. Colocando em votação. O Sr. Tom Grandó comenta que a ata da reunião
546 anterior descreve uma deliberação diferente, não é possível fazer esse tipo de ajuste uma vez
547 que houve uma deliberação na reunião anterior e, descumprindo o que está em ata, embora
548 tenha sido votada. Apela pelo cumprimento do Regimento Interno, propondo, antes do início
549 dos trabalhos, a leitura e aprovação da ata. Sugeriu a manutenção conforme está na ata, sob
550 pena de haver questionamentos depois e se na primeira reunião da Câmara decidir que
551 determinado elemento irá operacionalizar independente do coordenador formal. Solicita que a
552 ata continue válida e que a deliberação seja obedecida. A Sra. Laura:- comenta que recebeu
553 a ata anterior durante a reunião e questiona se outros também tiveram o mesmo tratamento.
554 Diz ter analisado rapidamente e observou existir erros e as correções devem ser feitas na ata,
555 conclui não ser possível aprovar-la sem uma leitura detalhada. O Sr. Allan Jones dos Santos
556 complementa dizendo que a ata não foi aprovada. Destaca da ata: "A Comissão Especial
557 para composição e novas competências do Conselho ficou a SEMA como coordenadora",
558 faltando definir o nome, e o Secretário pode indicar, ele assume e designa alguém para
559 responder. Propõe, considerando não haver tempo de discutir, que a ata seja analisada pelos
560 membros do Conselho e seja aprovada numa próxima reunião, colocando para aprovarem dos
561 conselheiros. O Sr. Hassan Sohn expõe a preocupação do tempo da disponibilização das
562 atas, compreendendo as dificuldades da Secretaria, e solicita estabelecer prazo máximo para
563 serem divulgadas, viabilizando a análise com o tema ainda memorizado, e que não se
564 repetissem, evitando perder a seqüência das discussões. Lembrando que na próxima reunião
565 haverá duas para discutir e aprova. O Sr. Allan Jones dos Santos comenta que essa ata tem
566 que ser encaminhada com antecedência. Coloca em votação duas posições: uma que seja
567 remetida para a próxima reunião e outra do Grandó que seja discutida hoje, e solicita quem
568 concorda que seja remetida para a próxima reunião permaneçam como estão e os contrários
569 se manifestem. O Sr. Hassan Sohn e a Sra. Rosana se manifestaram pela votação hoje. O
570 Sr. Luiz A. Tourinho solicita uma questão de ordem, pois lendo a ata comenta a existência de

571 vários erros. Diz que será necessário muito tempo de leitura e correção, propondo a
572 discussão na próxima reunião. O Sr. Allan Jones dos Santos encerra com a APROVAÇÃO da
573 discussão da ata seja realizada na próxima reunião. Solicita aos Conselheiros que tenham
574 alguma sugestão de correção da ata que mandem por escrito à Secretaria Executiva. O Sr.
575 Hassan Sohn propõe que a Secretaria Executiva providencie todas as sugestões, não só em
576 relação a ata, mas todas ficassem disponíveis no site do CEMA, possibilitando a consulta a
577 qualquer momento. O Sr. Allan Jones dos Santos acata a sugestão. A Sra. Laura Jesus de
578 Moura e Costa propõem que a ata seja enviada por e-mail e as correções fossem feitas em
579 vermelho ou azul, numa outra cor, indicando quem fez a proposta de mudança. O Sr. Allan
580 Jones dos Santos acata a sugestão. O Sr. Paulo Roberto Castella solicita aos membros que
581 mantenham atualizada a lista de e-mail, pois a ata foi enviada em 12 de dezembro e se
582 alguém não recebeu deve se manifestar para ser corrigida as falhas. A Sra. Rosana Vicente
583 Gnipper solicita aos Conselheiros que tiveram questões, referente a Câmara Temática sobre
584 os pombos, que remetessem por e-mail, objetivando, antes da primeira reunião, realizar um
585 apanhado geral e concluir a redação da resolução. O Sr. Roberto Gava sugeriu que na pauta
586 de todas as reuniões do CEMA, logo após a abertura, conste leitura e aprovação de ata, pois
587 considera em que isso não conste da pauta, cai na redundância perniciosa, sendo
588 inadmissível não ler e analisar a ata logo na abertura. O Sr. Allan Jones dos Santos
589 considerou correto a sugestão, concluindo que a Ata acabou sendo discutida nos assuntos
590 gerais. Retorna ao assunto da proposta de reestruturação do CEMA, confirmando remeter à
591 Comissão Especial, cujo Presidente-coordenador será indicado pela SEMA conforme
592 deliberação da plenária. Acrescenta, em atenção ao novo prazo, considerando o período de
593 festas de final de ano e janeiro, seria de 120 dias, a partir desta data. O Sr. Luiz A M.
594 Tourinho sugeriu passar uma lista de nome e e-mail das pessoas, considerando que muitos
595 dos Conselheiros não estão recebendo a ata por algum problema de e-mail. Declara ter
596 recebido a ata antecipadamente e teve oportunidade de lê-la. Solicita que o Secretário
597 Executivo do CEMA repetisse a composição da Comissão Especial para a discussão das
598 competências e composição do CEMA. O Sr. Paulo Roberto Castella passa a citar: Secretaria
599 de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Coordenadora, representante dos
600 municípios, FETAEP, FAEP e Liga Ambiental. O Sr. Allan Jones dos Santos questiona se o
601 IAP está incluído. O Sr. Paulo Roberto Castella esclarece que a Comissão Especial é
602 composta por cinco membros. O Sr. Luiz Anselmo Merlin Tourinho agradece pelo
603 esclarecimento. O Sr. Hassan Sohn considerando não haver mecanismo para o
604 estabelecimento antecedência de calendário das reuniões ordinárias, ainda de ser muito útil
605 ter com bastante antecedência os compromissos agendados, possibilitando preparar-se
606 melhor. Sugeriu que fosse estabelecida uma data para próxima reunião, no mínimo uma data
607 referencial, mesmo que pudesse ser ajustada, mas próximo do estabelecido. Opina para o dia
608 13 de fevereiro, uma terça-feira antes do carnaval. O Sr. Allan Jones dos Santos solicita se
609 todos os membros concordam com a data sugerida, e questiona se o ideal fosse no mês de
610 março. O Sr. Hassan Sohn diz ter um pouco de pressa para que as coisas aconteçam,
611 sugerindo fevereiro, e solicita colocar em votação a data. O Sr. Allan Jones dos Santos
612 coloca em votação, solicitando quem concorda com a data de 13 de fevereiro permaneçam
613 como estão, os contrários se manifestem. A Sra. Rosana Vicente Gnipper propõe o mês de
614 março, pois provavelmente a Câmara Temática de Pombos teve trabalhar em fevereiro.
615 Sugeriu a data de 6 de março. O Sr. Allan Jones dos Santos coloca em votação a data de 6 de
616 março e é APROVADA por todos Conselheiros. Questiona se nos assuntos gerais alguém
617 queira se manifestar. A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa solicita retornar ao assunto da
618 Câmara Técnica de revisão do Conselho, composta de seus titulares os municípios, SEMA,
619 FAEP, FETAEP, e Liga Ambiental, sugeriu acrescentar serem convidados o CEDEA e a
620 APROMAC, considerando ter contribuições que irão somar com as deliberações das
621 Conferências. O Sr. Harry Teles sugeriu convidar os demais integrantes das instituições, sendo
622 um espaço aberto para a sociedade participar. A Sra. Caroline, da Secretaria Executiva do
623 CEMA diz que quando remete a convocação para a reunião, encaminha aos demais
624 Conselheiros, ficando aberto para quem quiser participar. O Sr. Allan Jones dos Santos
625 conclui que ficara aberto a todos os membros que desejarem participar. A Sra. Caroline
626 lembra que a Secretaria Executiva já encaminhou todo o material para ser publicado no site.
627 Também, esclarece que todo material foi enviado por e-mail, e solicita comunicar qualquer

628 alteração de endereço ou e-mail. O Sr. Hassan Sohn questiona da necessidade de
629 estabelecer data limite para encaminhamento de assuntos à pauta da próxima reunião,
630 devendo a Secretaria Executiva apresentar uma pauta base, e demais conselheiros
631 interessados apresentar as sugestões. O Sr. Paulo Roberto Castella diz que o Regimento
632 Interno estabelece 10 dias de antecedência. Destaca a importância dos Conselheiros
633 sugerirem assuntos para a pauta, evitando que os temas sejam somente de interesse de uma
634 instituição. O Sr. Allan Jones dos Santos endossa o pedido de estabelecer data limite de
635 envio, lembrando que é de 10 dias obedecido uma sistemática vigente. Considera se
636 encaminhado com 10 dias antes, até ser processado, e todos enviarem por e-mail, somente
637 no dia anterior a reunião será possível saber o que será discutido. Assim, não vai ser possível
638 estar preparado e informado dos temas a serem discutidos. Sugeriu fixar trinta dias antes,
639 para encaminhar material. O Sr. Paulo Roberto Castella acata a proposição. A Sra. Caroline
640 orienta que as proposições têm que ser enviadas pelo menos com 15 dias de antecedência à
641 Secretaria Executiva, objetivando repassar com 10 dias de antecedência aos conselheiros. O
642 SR. Allan Jones dos Santos considera o prazo de trinta dias razoável, e não havendo mais
643 nada a tratar, declara encerrada a reunião ordinária do CEMA, e agradece aos conselheiros
644 presentes. Eu, PAULO ROBERTO CASTELLA, Secretário Executivo do Conselho Estadual
645 do Meio Ambiente, lavrei a presente ata na data de 20 de dezembro de 2006.